

BDA

BOLETIM DE DIREITO ADMINISTRATIVO

EDITORIA **NDJ** LTDA.

NOVA DIMENSÃO JURÍDICA



BOLETIM DE DIREITO ADMINISTRATIVO

SUMÁRIO

DOUTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

SERVIDOR CELETISTA, FGTS E MULTA RESCISÓRIA (Ivan Barbosa Rigolin)	133
PROCESSO DISCIPLINAR INTERNO E DIREITOS FUNDAMENTAIS: A SUPREMACIA ESPECIAL E OS SEUS LIMITES NORMATIVOS (Raimundo Márcio Ribeiro Lima)	144
MEIO AMBIENTE E REORDENAMENTO DO ESPAÇO: UM NOVO OLHAR SOBRE A CIDADE (Jeferson Dytz Marin e Karen Irena Dytz Marin)	157
OITIVA DAS COMUNIDADES INDÍGENAS, UMA LEITURA JURÍDICA (Ibraim Rocha)	174
FEDERALISMO: CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE E CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS (Paulo Roberto Barbosa Ramos)	180
“KIT ANTI-HOMOFOBIA” – Distribuição às escolas públicas – Suspensão pelo Executivo federal – Possível desperdício de recursos com a criação e confecção do material – Determinações (Tribunal de Contas da União)	189
CONTRATO DE REPASSE – Celebração de ajuste entre cooperativa e o Ministério do Desenvolvimento Agrário – Realização de cursos de capacitação de agricultores familiares – Ausência de nexo de causalidade entre os recursos e as despesas declaradas na prestação de contas – Inconsistência da documentação apresentada – Indícios de falsificação – Simulação de listas de presença dos capacitandos – Inexistência das vias originais de notas fiscais relativas à produção de material didático – Condenação solidária em débito e aplicação individual de multa à entidade e ao seu ex-presidente (Tribunal de Contas da União)	201
PENSÃO CIVIL – Servidor público – Menor sob guarda – Inadmissibilidade – Derrogação do benefício pelo art. 5º da Lei nº 9.717/98 – Irrelevância da comprovação, ou não, da dependência econômica do infante (Tribunal de Contas da União)	218

continua...

JURISPRUDÊNCIA

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – Art. 149 da Lei nº 8.069/90 – Poder normativo da autoridade judiciária – Portaria – Regulamentação do ingresso e permanência de menores de dezoito anos, desacompanhados dos pais ou responsáveis, após as 23 horas, em bares, restaurantes, lanchonetes e similares que comercializem bebidas alcoólicas – Nulidade – Vedação a determinações de caráter geral e abstrato – Competência do Poder Legislativo (STJ)	223
CONCURSO PÚBLICO – Candidato aprovado para o exercício de cargo no serviço público estadual – Anterior demissão no âmbito do Poder Público federal por improbidade administrativa – Negativa de nomeação – Abuso de poder – Caracterização – Inexistência de previsão em lei ou no edital do certame – Observância ao princípio da legalidade estrita – Inaplicabilidade do art. 137 da Lei nº 8.112/90 (STJ)	230
COMUNIDADE INDÍGENA – Ministério Público Federal – Ação civil pública – Pretensa lotação de procurador autárquico na Administração Executiva Regional da Funai – Assistência judiciária, com exclusividade e em tempo integral, aos índios “Cinta-larga” – Impossibilidade – Observância ao princípio da isonomia – Inadmissibilidade, ademais, da intromissão do Judiciário no mérito administrativo (TRF1ªR)	236
TERRENOS DE MARINHA E ACRESCIDOS – Celebração de contrato de cessão entre a União e Estado-membro – Posterior cessão de uso, a título oneroso, à empresa pública – Caracterização do vetusto instituto da subenfiteuse – Exercício do domínio útil – Legalidade do pagamento de foro e laudêmio – Inexigibilidade de taxa de ocupação (TRF2ªR)	240
MEIO AMBIENTE – Lobo-marinho capturado por pescadores e entregue a aquário municipal – Ação civil pública – Obrigação de não fazer – Ibama – Abstenção da prática de qualquer ato administrativo que implique a remoção do animal – Pretensa reabilitação para restituição à vida selvagem – Impossibilidade – Transcurso de mais de quinze anos desde a propositura da demanda – Mamífero submetido a tratamento adequado – Aplicação do princípio da razoabilidade – Poder de polícia, entretanto, que deve ser exercido pela autarquia federal (TRF3ªR)	246

ÍNDICE CUMULATIVO AO FINAL